

Conexão RJ-RS

A presidente do RioSolidario, Obra Social do Estado do Rio de Janeiro, Paola Figueiredo, foi convidada pelo CLP – Centro de Liderança Pública, pela segunda vez para ser professora do programa Academia de Líderes, uma iniciativa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, voltada para o desenvolvimento de lideranças.

O convite se deve à longa trajetória de Paola como servidora pública no Rio de Janeiro e, principalmente, pelo trabalho como presidente do RioSolidario, para o qual está cedida há três anos para o Governo do Estado, realizado em prol das vítimas das chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul, em 2024. Na ocasião, o RioSolidario se tornou o maior polo de arrecadação no Rio de Janeiro.

“Foi uma honra ser convidada para compartilhar minha experiência e conhecimento em gestão pública e falar dessa conexão. Uma verdadeira rede de solidariedade se formou no Rio de Janeiro com o SOS Chuvas, do RioSolidario” destacou Paola.



Fotos CM



Convite foi dado devido à longa trajetória de Paola como servidora pública do Rio e pelo seu trabalho no RioSolidario



Paola Figueiredo durante aula no Programa Academia de Líderes, no Rio Grande do Sul



Em recente participação no videocast O RioPod, com apresentação da jornalista Mariana Procópio, a delegada Patrícia Alemany, titular da Delegacia Especial de Apoio ao Turismo (DEAT), destacou as principais ações desenvolvidas para proteger turistas no Rio. Com 28 anos de carreira, ela ressaltou o papel acolhedor e investigativo da DEAT, especialmente junto a estrangeiros, e abordou os crimes mais comuns, como furtos, fraudes com cartões e golpes. Patrícia elogiou a parceria com a Fecomércio RJ no projeto do corredor turístico da orla da Zona Sul



Arteiras Comunicação



CM

A Câmara Municipal de Maricá aprovou nesta TER (09), por unanimidade, o projeto de lei que autoriza o armamento da Guarda Municipal, que agora segue para sanção do prefeito Washington Quaquá

PINGA-FOGO

■ **ANDRÉ PORTUGUESI-NHO** - Depois de ter ligado a metralhadora na sua posse como presidente da empresa de turismo do pequeno município de Miguel Pereira, o ex-prefeito da cidade, além de atacar o secretário de Turismo do estado, o próprio governador do estado e o prefeito do Rio Eduardo Paes, André Português se apequenou politicamente.

■ “A política ama a traição, mas odeia os traidores”, já dizia uma velha máxima do setor. Andrezi-nho foi injusto, já que em todos os grandes do turismo é o Parque dos Dinossauros instalado na cidade que está em destaque.

■ **Corre no turismo que o ex-prefeito não consegue se reconhecer no Parque, já que não conseguiu a sua cota de sócio no empreendimento.**

■ Era o afeto que impulsionava a visibilidade de André Português, já que a sua cidade possui um pouco mais de 20 mil habitantes e não condiz com o peso político que ele acreditava ter. Ao atacar, sem razão, um dos setores mais produtivos do governo, o afeto que recebia foi pulverizado pelo ato de ingratidão explícita.

■ **CONSTRUINDO PONTES** - Um encontro da bancada do bom senso da Alerj com o secretário de Governo André Moura, seguido de almoço com o governador Cláudio Castro, nesta quarta, 10 de setembro, começou a pavimentar a ponte do diálogo entre o presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar, com o governador Cláudio Castro.

■ **ORGULHO DA MAGISTRATURA** - O ministro Luiz Fux, com o seu voto, reafirmou a importância de ter em cadeiras no STF titulares oriundos da magistratura. Um voto técnico que merece ser aplaudido de pé e orgulha o judiciário fluminense.

■ **AS FAKES NEWS DA ESQUERDA** - Lamentável a artilharia da esquerda após o voto do ministro. A militância esquerdista na mídia quer criar uma narrativa fantasiosa para justificar um fato: a verdadeira aula de direito que Fux deu ao Brasil.

■ **PESQUISA** - A Arrow Pesquisa de Mercado, a pedido do Correio da Manhã, realizou, em 8 de setembro de 2025, um levantamento por IVR (Interactive Voice Response) com uso de Inteligência Artificial para qualificação das entrevistas e tratamento analítico. Foram 2.041 entrevistas, sendo 1.209 no interior e 832 na Capital (margem de erro ±2,18 p.p., 95% de confiança).

■ **AVALIAÇÃO DO STF** - Considerando o agrupamento negativo (Ruim + Péssima), a Capital registra 57,1% de avaliação negativa e o Interior chega a 60,1%. No consolidado do estado, o índice negativo é de 58,9%; os positivos (Ótima + Boa) somam 35,1%, e 5,98% classificam como Regular. Na Capital, a Zona Litorânea apresenta quadro menos crítico (maior presença de Ótima + Boa), enquanto Zona Norte e Grande Santa Cruz concentram as maiores taxas de “Péssima” (respectivamente 61,5% e 60,7%).

■ **REMOÇÃO DE POSTAGENS SEM ORDEM JUDICIAL** - A opinião pública fluminense rejeita a medida tanto na Capital quanto no Interior. Na Capital, 59,7% são contra e 40,3% a favor. No Interior, 58,0% são contra e 42,0% a favor. Entre recortes, a Zona Litorânea da cidade é favorável (56,5% a favor); já Barra/Recreio (71,1% contra) e Grande Santa Cruz (68,8% contra) figuram entre as regiões mais contrárias. No Interior, Médio Paraíba (53,1% a favor) e Norte (50,8% a favor) destoam ao apoiar a proposta.

■ **METODOLOGIA** - Entrevistas telefônicas por IVR em 08/09/2025, com processos de IA aplicados à coleta (qualificação/controlar) e à análise (consistência e consolidação). Amostral: 2.041 (Capital 832 | Interior 1.209); margem de erro ±2,18 p.p.; 95% de confiança.

■ **“TA CERTO ISSO?”** - A Alerj sedia, nesta quinta-feira, 11 de setembro, às 14h, uma audiência pública sobre duas comunidades de Arraial do Cabo, nas Baixadas Litorâneas. A iniciativa tem como objetivo discutir a pressão feita a moradores das localidades do Sabiá e Caiçara para deixarem suas casas, onde moram há cerca de 30 anos, devido à construção de um resort no local. “São pessoas humildes que moram há 30 anos nesse local. São muitos PCDs, artistas e pessoas acadêmicas que foram intimadas a sair. Essas pessoas não podem ser responsabilizadas pela omissão da Prefeitura que permitiu a construção em Área de Proteção Ambiental. São pessoas que deram tudo de si para ter um canto e agora terão que abandonar seu teto porque será construído um resort no local. Enquanto isso, ao lado, diversos condomínios estão sendo construídos, com aval ambiental e da própria Prefeitura. Tá certo isso?” explicou Marcelo Dino (União Brasil), um dos deputados responsáveis pela iniciativa.

Fernando Molica

A guerra da lagosta de Trump

A ameaça de uso de força militar contra o Brasil explicitada pela porta-voz da Casa Branca pode ser equiparada, pelo ridículo, à Guerra da Lagosta, ensaiada entre França e Brasil no início dos anos 1960.

É ainda mais patética: a briga dos franceses pelo direito de seus barcos capturarem o crustáceo em nossos mares tinha, pelo menos, um motivo concreto.

Já ameaça norte-americana é baseada numa falsidade, numa suposta inexistência de democracia em nosso país — pior, uma mentira baseada numa hipocrisia, uma suposta luta pela liberdade de expressão, que não existiria no Brasil. Uma cascata alimentada pela família Bolsonaro que, mais uma vez, coloca seus interesses acima dos nacionais. Jair Bolsonaro virou a lagosta da vez.

As medidas tomadas pelo governo norte-americano contra universidades que foram palco de manifestações contra o genocídio promovido por Israel em Gaza e a ocupação da área central de Los Angeles por tropas federais são exemplos da seletividade trumpista nessa história de defesa da liberdade de expressão, só é livre de verdade quem concorda com ele.

Uma lógica adotada de maneira irrestrita pela extrema direita brasileira, que defende seu direito de mentir impunemente, mas não vacila em atacar a liberdade de expressão artísti-

ca e cultural, que volta e meia promove caça às bruxas que, segundo eles, moram em livros adotados ou recomendados por escolas em todo o país.

Ao longo do mandato presidencial anteriores, bolsoneiros não se cansaram de difamar e ameaçar políticos, jornalistas e internautas de um modo geral que ousaram publicar informações ou opiniões que contrariassem seus valores.

Os mesmos que hoje falam em limitação do direito de expressão, que indicam a existência de uma ditadura no Brasil são os mesmos que elogiam a ditadura que, ao longo de 21 anos, cassou mandatos de políticos, proibiu livros, censurou peças de teatro, filmes e novelas.

Poder que chegou ao ponto de torturar e matar brasileiros que cometeram o crime de discordar dos atos implantados pelos militares que haviam tomado o poder. Os que reclamam de suposta censura hoje exaltam o AI-5, instrumento que radicalizou a ditadura implantada em 1964.

A concepção de liberdade de trumpistas e bolsoneiros é como a visão de democracia explicitada pelo então presidente Ernesto Geisel, o quarto da ditadura. Ele disse a um repórter que o Brasil vivia uma “democracia relativa”.

(Ao ser preso em 1968, logo após a edição do AI-5, o advogado Sobral Pinto foi mais explícito e fiel ao seu estilo, nada hipócrita.

Conservador que defendeu comunistas como Luiz Carlos Prestes, Sobral ouviu do coronel que o prendia uma justificativa para sua detenção, já que no país vigia uma “democracia à brasileira”. Como resposta, ouviu que sabia da existência de peru à brasileira, não de democracia.)

Numa democracia, liberdade pressupõe responsabilidade, todos somos livres para expressar nossas opiniões, mas nenhum de nós é livre para para injuriar, caluniar e difamar — crimes contra a honra previstos pelo Código Penal. Temos liberdade para mentir, mas, neste caso, temos que suportar as consequências do nosso gesto.

Da mesma forma que, em tese, podemos agredir ou mesmo matar alguém. Quase todos temos acesso a instrumentos que permitem o cometimento desses crimes, mas o acesso a armas e a venenos não nos dá a autorização social para cometer homicídios, tendemos a ser condenados e presos caso façamos algo assim.

Ao aceitar como verdadeiras as mentirosas alegações de limitação de liberdade pregadas por blogueiros bolsoneiros, Trump praticou de fake news que tanto praticava. Administrador da maior força militar do planeta, pode se dar ao luxo de dispensar condenações morais para nos atacar. Piores são os brasileiros que o incentivam o presidente norte-americano a invadir nossas praias.

Tales Faria

Desta vez Fux matou no peito

Ex-ministro da Casa Civil do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), José Dirceu guardou vários vídeos de entrevistas concedidas a veículos de imprensa desde que foi condenado em 2012 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) como chefe do núcleo político do chamado Mensalão.

Segundo o STF, tratava-se de um esquema de pagamentos a deputados para integrar a base de apoio ao governo no Congresso.

Em alguns desses vídeos ao quais a coluna teve acesso, Dirceu afirma em entrevista que o ministro do Luiz Fux, do STF, “assediou” petistas por seis meses para que comessem Lula e sua sucessora no comando do Palácio do Planalto, Dilma Rousseff, a indicá-lo para a Corte Suprema.

Dirceu conta que também foi procurado e Fux dizia ter estudado o processo do Mensalão. E que estava convencido da inocência dos acusados.

Nesse encontro o petista teria perguntado se Fux votaria contra a condenação, e aí surgiu uma resposta que entrou para o anedotário político: “Eu mato no peito.”

O fato é que Luiz Fux acabou assumindo na Corte. Mas a sua promessa nunca foi cumprida. Dirceu foi condenado várias vezes a mais de vinte anos de prisão, que ainda estão sendo anuladas.

Fux agora está à frente de outro julgamento. Os réus são acusados de uma tentativa de golpe de Estado contra o PT com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) como chefe do “núcleo crucial”.

Dirceu foi condenado com base na chamada “Teoria do Domínio do Fato”, usada para punir como autores aqueles que detêm o controle final do crime, mesmo sem participar diretamente do ato.

Ou seja, quem se beneficia do crime torna-se o principal suspeito e pode acabar condenado pela Teoria do Domínio do Fato.

O então ministro do STF Ricardo Lewandowski - atual ministro da Justiça - disse, na época, que punir Dirceu seria o mesmo que condenar o presidente da Petrobras por vazamento de um oleoduto.

Mas Luiz Fux argumentou que na teoria do Domínio do Fato teria que haver intenção em cometer o crime.

Nesta quarta-feira, no julgamento de Bolsonaro, ele negou a tese antes defendida. Disse que não se pode condenar o ex-presidente por “crimes praticados por terceiros”. Segundo ele, a acusação tem de ser “como a mão que calça a luva, sem nada faltar, nem nada sobrar”.

E ainda relembrou o Mensalão, “isso sim, é abolição do Estado democrático”, porque se que teria buscado, “por meios escusos e ilícitos, mediante condutas criminosamente articuladas, corromper o exercício do poder, ultrajar a dignidade das instituições republicanas, [...] dominar o Parlamento e controlar a qualquer custo o exercício do poder estatal”.

Segundo disse um ministro à coluna, Fux “exagereou, passou dos limites” apresentando um verdadeiro lbelo de defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro e seu grupo.

A apresentação de Fux irritou os companheiros da Corte não só por ter batido todos os recordes de tempo. Foram mais de 9 horas de explanação que deixaram seus colegas visivelmente exaustos, além de surpresos.

Ministros da Corte acreditam que a atuação de Luiz Fux desgasta a imagem do Supremo Tribunal Federal na medida em que passa a mensagem de politização das decisões dos ministros.

O ministro Flávio Dino fez questão de apontar que Luiz Fux havia condenado o delator Mauro Cid, por tentativa de abolição violenta do Estado democrático de direito, mas inocentou Bolsonaro de todas as acusações, assim como o almirante Almir Garnier, que colocou suas tropas à disposição do ex-presidente.